



27 DE JULHO DE 2011

Quarta - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **FUNDO SOBERANO PERDEU R\$ 2,3 BI EM APLICAÇÕES DE RISCO**
- **CUSTO DO EMPREGADO PARA O PATRÃO É DE 25%, DIZ DIEESE**
- **SAFRA AVANÇA, MAS NÃO ALIVIA PREÇO DE ETANOL**
- **CONTRIBUINTES RENEGOCIARAM R\$ 13,3 MI DESDE O DIA 1.º**
- **CONSUMO DA INDÚSTRIA SOBE APENAS 1,1%**
- **EMPRESAS DE TI DO PR SE DESTACAM EM TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS**
- **CURSO TENTA DRIBLAR ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA NA CAPITAL**
- **COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA DEVE SUPERAR US\$ 40 BI NO ANO**
- **EMPRESA INDIVIDUAL LIMITADA A LUZ DA LEI 12.441 DE 11 DE JULHO DE 2011**
- **VOTORANTIM VAI DUPLICAR FÁBRICA EM PERNAMBUCO**
- **VENDA PERDE FORÇA E DÓLAR ACENA NOVO PISO A R\$ 1,53**
- **CNJ ALTERA REGRAS DE JULGAMENTOS**
- **COMPRA DA CHRYSLER INFLA LUCRO DA FIAT**
- **FORD FECHA OITAVO TRIMESTRE CONSECUTIVO NO AZUL**
- **GERDAU PEDE LIMITE PARA CAPITAL ESTRANGEIRO**
- **IR - PESSOA JURÍDICA - IRPJ E CSLL DO MÊS DE JUNHO VENCEM DIA 29/7**
- **PROJETO DE LEI - DOAÇÕES PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL PODERÃO SER DEDUZIDAS DO IR**

▪ **DEFESA DO CONSUMIDOR - PROJETO PROÍBE COBRANÇA DE TAXA EM CASO DE RELIGAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO**

Câmbio Em 27/07/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,565	1,566
Euro	2,261	2,263

Fonte: BACEN

Fundo soberano perdeu R\$ 2,3 bi em aplicações de risco

27/07/2011- Gazeta do Povo

O governo perdeu neste ano quase R\$ 2,3 bilhões com aplicações malsucedidas do Fundo Soberano do Brasil (FSB), a poupança fiscal do Brasil, para enfrentar momentos de dificuldades econômicas. O prejuízo ocorreu porque o governo deixou de seguir regras básicas do bom investidor, como diversificar suas aplicações e não concentrar recursos em ativos de alto risco.

No fim de 2010, o total da carteira do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), fundo multimercado onde está aplicado todo o dinheiro do FSB, estava em R\$ 18,76 bilhões. Caiu para R\$ 16,9 bilhões no fim de junho e para R\$ 16,48 bilhões até o último dia 22.

No jogo de manobras contábeis para alavancar o superávit primário de 2010, o Tesouro concentrou mais de 75% dos recursos do contribuinte brasileiro que estão no FSB em ações da Petrobras, durante a capitalização da empresa – e esses papéis estão caindo fortemente neste ano, assim como o mercado acionário em geral. Além da Petrobras, o Fundo tem perdido dinheiro também com as ações do Banco do Brasil. Somando os papéis da Petrobras com os do BB, a concentração em ações está na casa de 86%.

Para piorar, o governo teria dificuldade de vender todo esse volume de ações diante um eventual cenário adverso – um movimento de venda de um lote tão grande faria os preços caírem mais. Como o dinheiro depositado no FSB não garante liquidez imediata, o fundo perdeu o seu sentido original, de instrumento de política fiscal

anticíclica que foi apregoado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, na época da criação do FSB.

A maioria dos fundos soberanos aplica os seus recursos em ativos que têm baixa correlação com o crescimento econômico do país. Esse é um tipo de prevenção para evitar que nos períodos em que a economia real esteja mal, e for preciso acionar a poupança do fundo, não haja perda de rentabilidade das aplicações.

Custo do empregado para o patrão é de 25%, diz Dieese

27/07/2011- Gazeta do Povo

Uma nota técnica divulgada pelo Dieese ontem contesta a informação de que no Brasil o custo do empregado para o patrão representa 102% do salário do trabalhador. Segundo o órgão, o custo do empregado para o patrão no Brasil é de 25,1%. De acordo com o Dieese, para se chegar a um percentual de 102% de encargos sociais, parte-se de um "conceito bastante restrito" de salário.

O Dieese contesta a visão de que os encargos sociais representam 102% do salário, defendida desde 1994 pelo professor de Relações do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP), José Pastore. Segundo Pastore, "o Brasil é um país de encargos altos e salários baixos, o que faz o trabalhador receber pouco e custar muito para a empresa". De acordo com levantamento feito pelo professor, um trabalhador contratado por R\$ 1 mil custaria R\$ 2.020 para a empresa, por conta dos encargos sociais.

Remuneração

O argumento do Dieese é de que o levantamento de Pastore considera como salário apenas a remuneração de tempo efetivamente trabalhado. "[No cálculo] são excluídas partes importantes da remuneração salarial, como: parte do pagamento da remuneração relativa ao repouso semanal remunerado; férias remuneradas; adicional de um terço sobre o valor das férias; feriados; 13.º salário; aviso prévio em caso de demissão sem justa causa por iniciativa do empregador; despesas de rescisão contratual (equivalentes à multa sobre o saldo do FGTS) e a parcela do auxílio-enfermidade custeada pelo empregador, os três últimos calculados com base em uma média de incidência sobre o total de empregados", aponta a nota do Dieese.

Na interpretação do departamento – feita em conjunto com pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp) –, o peso dos encargos sociais é de 25,1 % sobre a remuneração total do trabalhador. Por esse raciocínio, salário é a remuneração total recebida integral e diretamente pelo trabalhador como contraprestação pelo seu serviço ao empregador. A remuneração subdivide-se em três partes: salário contratual recebido mensalmente, inclusive nas férias; salário diferido (ou adiado), recebido uma vez a cada ano (13.º salário e um terço de férias); e salário recebido eventualmente (FGTS e outras verbas rescisórias).

Reclamação

A grande queixa de setores da economia é de que a magnitude e a rigidez dos encargos sociais existentes no Brasil seriam, em grande medida, responsáveis pela dificuldade de ampliação do número de empregos e pelo elevado grau de informalização dos vínculos de trabalho. O peso excessivo dos encargos sociais e a

impossibilidade de sua flexibilização, em casos de redução de atividade econômica, levariam as empresas a uma atitude conservadora na criação de novos postos de trabalho ou à alternativa de utilização de mão de obra informalmente contratada. Por isso, a desoneração da folha de pagamentos é um dos pedidos da indústria para recuperar competitividade.

Safra avança, mas não alivia preço de etanol

27/07/2011- Gazeta do Povo

As usinas da região Centro-Sul do país processaram 40,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na primeira quinzena de julho, volume 2,3% superior ao do mesmo período de 2010. Apesar disso, o ritmo da safra atual ainda é bem mais lento que o observado no ano passado. Do início de abril até 15 de julho, foram processadas 217,4 milhões de toneladas de cana, 14,8% a menos que no mesmo intervalo de 2010, segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). De acordo com a entidade, o volume é 14,8% inferior à moagem de 255,2 milhões de toneladas registrada em igual período da safra passada.

A produção de álcool anidro – que é misturado à gasolina – cresceu 14,3% neste ano, totalizando 3,16 bilhões de litros. No entanto, o volume produzido de etanol hidratado, combustível usado nos carros flex, baixou 31,8%, para 5,53 bilhões de litros. Na soma das duas modalidades, a produção de etanol recuou aproximadamente 20% neste ano, o que mantém as cotações em patamares altos, nas usinas e nos postos.

Açúcar

De acordo com a Unica, a fabricação de açúcar somou 2,58 milhões de toneladas na primeira quinzena deste mês, volume praticamente idêntico ao produzido em igual período de 2010 (2,51 milhões de toneladas). No acumulado desde o início da safra 2011/2012, a produção de açúcar atingiu 11,93 milhões de toneladas, com queda de 14,9% em relação à safra passada. A defasagem em relação à safra passada já supera dois milhões de toneladas, volume que pode não ser recuperado, dependendo da evolução da produtividade agrícola.

Produtividade menor

No acumulado desde o início da safra, a concentração de açúcar total recuperável (ATR, um indicador de produtividade) caiu 3,2%. Essa queda foi provocada por maior florescimento, geada em algumas regiões e o menor desenvolvimento da planta em função da estiagem prolongada de 2010, o que prejudicou a concentração de sacarose na cana.

Por causa da queda na produtividade, a Unica revisou para baixo, há algumas semanas, suas estimativas de produção neste ano. A associação sinalizou uma quebra de 35 milhões de toneladas em relação às previsões iniciais – um aperto na oferta que tende a prolongar o ciclo de alta do álcool e também do açúcar. Nas contas da Unica, a produção total de etanol deve recuar 11,2% em relação ao ano passado, para 22,54 bilhões de litros, e a de açúcar, 3,4%, para 32,4 milhões de toneladas.

Contribuintes renegociaram R\$ 13,3 mi desde o dia 1.º

27/07/2011- Gazeta do Povo

Desde 1.º de julho, 1.934 contribuintes negociaram suas dívidas com a prefeitura pelo Programa de Recuperação Fiscal de Curitiba (Refic 2011). O total negociado até agora chega a R\$ 13,3 milhões, e o prazo para inscrição no programa vai até 30 de setembro. O programa visa à regularização de débitos de pessoas físicas e jurídicas, inscritas ou não em dívida ativa, com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços (ISS) e outros tributos com o município devidos até 30 de junho de 2011. Os contribuintes podem parcelar a dívida em até 120 meses.

SERVIÇO

Os cadastros podem ser feitos pelo site da prefeitura

<http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/parcelamento-refic-2011/1127>), nos núcleos da Secretaria de Finanças nas Ruas da Cidadania e também no prédio central da prefeitura.

Consumo da indústria sobe apenas 1,1%

27/07/2011- Gazeta do Povo

O consumo de energia em todo o Brasil cresceu 2,2% em junho na comparação com o mesmo período do ano passado, totalizando 34.909 gigawatts-hora (GWh). Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo industrial subiu apenas 1,1%, atingindo 15.350 GWh. A demanda da classe residencial aumentou 2,5%, para 8.893 GWh. O avanço mais forte foi do setor comercial, cujo consumo subiu 5,5%, atingindo 5.721 GWh. No acumulado dos seis primeiros meses do ano, o consumo nacional de energia elétrica na rede totalizou 212.951 GWh, com alta de 3,6% sobre o mesmo período de 2010. O aumento do consumo foi generalizado. A demanda da indústria, que somou 90.045 GWh, subiu 3%; a residencial (56.027 GWh) cresceu 4,1%; e a comercial (36.98 GWh) aumentou 5,7%.

Empresas de TI do PR se destacam em treinamento de funcionários

27/07/2011- Gazeta do Povo

As empresas de Tecnologia da Informação (TI) do Paraná se destacam na área de treinamento de funcionários, segundo o ranking das Melhores Empresas para Trabalhar em TI & Telecom, divulgado na semana passada pelo instituto Great Place To Work (GPTW) em parceria com a revista Computerworld. Das 100 empresas listadas, três paranaenses estão entre as 15 campeãs em porcentagem de funcionários satisfeitos com ações de capacitação: Pelissari Gestão e Tecnologia (2.^a), Sofhar (9.^a) e GVT (12.^a).

A Pelissari, empresa curitibana com 284 funcionários, possui um fundo exclusivo para o desenvolvimento de pessoas, com orçamento anual de cerca de R\$ 1,5 milhão. Além da formação técnica e de cursos de certificação, o fundo cobre parcialmente os estudos de idiomas, pós-graduação, especializações e MBA. A parcela na conta da empresa aumenta de acordo com o tempo de serviço do trabalhador. "É uma forma de fazermos retenção", diz a diretora de Pessoas da companhia, Vanessa Lisboa Pelissari. "A empresa colabora com até 50% dos custos de alguns cursos. Também é muito comum algum funcionário organizar treinamento interno para repassar conhecimento à equipe", afirma ela. No ranking geral, a Pelissari ficou na 60.^a posição, e foi a quinta entre as paranaenses.

Para o diretor-presidente da Sofhar, Wilmar Prochmann, os programas de desenvolvimento profissional já superam as políticas de remuneração como estratégia para a retenção de talentos. "O salário é importante, sem dúvida, mas, se estiver dentro da média do mercado, o que importa mais para o profissional é a sua formação e os desafios", diz. Com uma sede nova no Tecnoparque da PUCPR – programa da prefeitura de Curitiba que concede benefícios fiscais a empresas de base tecnológica –, a Sofhar possui uma ligação forte com o mundo acadêmico. A companhia oferece subsídios de até 80% em cursos de pós-graduação e especialização. "Toda a cooperação técnica com a universidade também está a disposição dos funcionários. Da biblioteca ao doutorado, há um apoio de treinamento muito forte", afirma Prochmann.

Universidade corporativa

A GVT, 12.^a colocada no quesito treinamento e a 9.^a na pontuação geral – melhor posição entre as empresas do estado –, concentra os programas de capacitação na Universidade Corporativa GVT (UCGVT), lançada no ano passado. Os cursos oferecidos são divididos em sete blocos de conhecimento. No primeiro ano de funcionamento, 8.872 colaboradores participaram de pelo menos um dos 1.520 cursos ofertados. A empresa tem 10,6 mil funcionários e também possui um programa de ajuda nas mensalidades de cursos de graduação, pós, MBA e idiomas. "A GVT incentiva os profissionais de tecnologia a se atualizar e buscar novos aperfeiçoamentos e certificações, antecipando tendências da área", diz George Bettini, gerente de recursos humanos da companhia. Em contrapartida, a GVT pede comprovação de frequência mínima de 80%. Também só são elegíveis ao benefício os funcionários com pelo menos 12 meses de empresa e que apresentem boas notas na avaliação de desempenho individual.

Ambiente de trabalho

No HSBC Global Technology (GLT), uma das divisões de TI do banco, com sede em Curitiba, o ponto forte é a criação de ambientes de trabalho focados no bem-estar. Os espaços são inspirados pelo feng shui e os destaques são os "decompression rooms" (salas de relaxamento), onde os funcionários podem fazer massagens, e as piscinas de bolinhas, onde, além de relaxar, os colaboradores também podem se divertir. Cada prédio oferece cozinha com geladeira e forno de micro-ondas e um pequeno refeitório. A empresa também aposta em treinamento, com cursos presenciais e de e-learning, e há subsídio para graduação e cursos de inglês, espanhol e francês. A política de remuneração do GLT conta com participação nos resultados e bônus quando o funcionário completa três, cinco e dez anos de casa. Na área de flexibilidade de horários, o banco diz que pelo menos 20% dos 800 funcionários têm condições de trabalhar de casa. Assim como nas demais empresas, o GLT tem banco de horas, o que permite que o funcionário chegue mais tarde ou saia mais cedo, de acordo com a carga horária no mês.

O modelo de avaliação do ranking da Great Place To Work leva em consideração cinco critérios: credibilidade, respeito, imparcialidade, orgulho e camaradagem.

Curso tenta driblar escassez de mão de obra qualificada na capital

27/07/2011- O Estado do Paraná

O Brasil está na terceira colocação no ranking dos países que mais têm dificuldade em encontrar profissionais qualificados para preencherem vagas disponíveis. A constatação é resultado de uma pesquisa realizada pela Manpower, empresa que atua na área de recursos humanos e que entrevistou 40 mil empregadores em 39 países. O índice de empresários brasileiros que dizem não conseguir achar no mercado pessoas adequadas para o trabalho é de 57%, atrás apenas de Japão e Índia.

Estima-se que haja pelo menos 15 mil vagas aguardando mão de obra especializada no setor terceirizado, de acordo com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços da Câmara dos Deputados. Com esse panorama, nos últimos tempos tem se ampliado a gama de cursos oferecidos para treinar quem possa estar interessado nas vagas abertas – e que não são poucas.

Preocupado com esse quadro para os próximos anos e pensando na preparação para a Copa do Mundo, o governo federal tem apoiado iniciativas nos estados, principalmente pelo programa Bem Receber Copa. Mais do que suprir a demanda em 2014, essa falta de pessoal já é sentida diariamente nos principais setores de serviços, basta notar os anúncios de empregos nas mais diversas atividades espalhados pelo comércio.

Várias vagas foram abertas para qualificar a mão de obra nos setores de turismo e hotelaria em Curitiba.

Para melhorar essa situação, na região de Curitiba, qualificação para os setores de turismo e hotelaria já foi dada a mais de 10 mil pessoas nos últimos quatro anos, por meio de uma parceria entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Paraná (Seac-PR) e a Fundação de Asseio e Conservação do Estado (Facop). Foi montado um quarto de hotel para aulas práticas de limpeza e hospitalidade, um restaurante e uma padaria. "Além da necessidade de qualificação, o que vem acontecendo é que o mercado teve uma modificação muito grande, principalmente

com o incremento na construção civil. Agora, a necessidade de fortalecer essa qualificação é muito maior, porque a dificuldade vem de dois pontos: não tem mão de obra e o que se tem não possui qualificação nenhuma”, diz o presidente do Seac-PR, Adonai Aires de Arruda.

Sem qualificação, os salários não costumam ser muito atrativos. “A pessoa fica rodando de um emprego a outro, sem estabilidade. Primeiro tem que ter essa conscientização da necessidade de qualificação”, afirma Arruda. Por outro lado, ele lembra que se pode construir uma carreira a partir da atividade escolhida. “É possível passar de servente a encarregada, depois para um cargo de supervisão, coordenação e ter um plano de carreira”.

Desenvolver novas aptidões pode incrementar o salário, reforça o diretor-superintendente da Facop, Pedro Paulo Guerreiro. “Existe uma grande competitividade. O mercado está aquecido, existe grande giro da questão monetária e aqueles que estiverem mais bem preparados podem ter mais sucesso, se tiverem iniciativa e desenvolverem o espírito empreendedor”, aconselha.

Mesmo com a oferta dessa modalidade de curso, a procura muitas vezes não corresponde às expectativas. Muitas turmas não preenchem todas as vagas. “Além do boom da construção civil, nosso segundo maior concorrente é o assistencialismo sem educação. Entendemos que é perfeitamente válido, mas temos que criar mecanismos para isso não seja uma constante”, defende Arruda.

Informação sobre os cursos

Os cursos oferecidos pela Facop são gratuitos, voltados a jovens e adultos. Pessoas comprovadamente desempregadas ou que façam parte do quadro de empresas de asseio e conservação podem participar das aulas. Os alunos também podem ganhar transporte até o local da formação.

Existe uma grande variação nos cursos oferecidos, que vão de quatro até 320 horas de duração. Os mais rápidos, que são de noções básicas, inclui estabelecer diferenças entre produtos de higiene, como manipular aparelhos da função ou sobre como limpar um computador por fora, para perder aquele medo que muitas pessoas têm de tocar no objeto e tirar fio da tomada ou estragar o funcionamento.

Durante a realização dos cursos são apresentadas vagas e alguns deles remuneram os alunos, como em alguns casos para o cargo de auxiliar-administrativo. Depois da conclusão do módulo, a Facop faz acompanhamento dos egressos e, caso o aluno não tenha se adaptado à função escolhida, pode voltar e fazer um novo curso.

Comércio Brasil-Argentina deve superar US\$ 40 bi no ano

27/07/2011- O Estado do Paraná

Apesar das restrições comerciais entre a Argentina e o Brasil, o comércio bilateral deve passar de US\$ 40 bilhões em 2011, superando o recorde dos US\$ 30 bilhões verificados no ano passado. As estimativas são do embaixador brasileiro em Buenos Aires, Enio Cordeiro, que se mostrou otimista com a relação entre os dois maiores sócios do Mercosul, mesmo com queixas comerciais de ambos os lados. “Não se pode negar que as barreiras afetam, mas não tem que dramatizar esses problemas do comércio porque, de maneira geral, estes assuntos estão sendo administrados”,

afirmou aos jornalistas brasileiros na capital portenha, durante entrevista coletiva, hoje.

Às vésperas da chegada da presidente Cristina Kirchner ao Brasil, Cordeiro afirmou que "o clima entre os dois países não poderia ser melhor". Cristina será recebida pela presidente Dilma Rousseff, na sexta-feira, em Brasília, às 11 horas, para uma reunião de trabalho. "O comércio, evidentemente, vai estar na agenda, porque os problemas continuam, mas as presidentes não vão analisar medidas técnicas", disse ele. Segundo o embaixador, Dilma e Cristina vão analisar se os mecanismos aplicados pelos dois países para administrar as restrições impostas de um lado e de outro estão sendo eficientes.

"Na minha avaliação, está funcionando bem porque, de janeiro a junho, o crescimento anual das exportações brasileiras para a Argentina cresceram 35% e da Argentina para o Brasil aumentaram 20%", opinou Cordeiro. O embaixador estimou que o déficit comercial argentino com o Brasil deverá se expandir de US\$ 4 bilhões para US\$ 6 bilhões nesse ano. Mesmo assim, ele considera que o contexto geral da relação comercial é positivo. "Nos primeiros seis meses do ano, o Brasil exportou US\$ 10,5 bilhões para o mercado argentino, enquanto a Argentina embarcou US\$ 8 bilhões para o Brasil. Esse é um desempenho comercial que nenhum dos dois tem com nenhum outro país", ressaltou o diplomata.

Empresa Individual Limitada a luz da Lei 12.441 de 11 de julho de 2011

27/07/2011- O Estado do Paraná

Com o advento da Lei 12.441 de 11 de julho de 2011, criou-se a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli), iniciativa aprovada no Congresso que protege o patrimônio pessoal do empresário individual, alterando o Código Civil de 2002.

A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa. O empresário brasileiro não precisará mais ter um sócio para abrir uma empresa nem terá seus bens comprometidos para pagar dívidas tributárias, por exemplo.

De acordo com esta Lei cada pessoa só poderá constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada.

Para a constituição da empresa individual de responsabilidade limitada exige-se um capital mínimo de 100 (cem) vezes o salário mínimo, de acordo com a norma contida no novo art. 980-A, inserido no Livro II, Parte Especial do CC/2002, "*a empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 vezes o maior salário mínimo vigente no país*", o que atualmente corresponde a R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais).

O nome empresarial deverá conter a expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social, para diferenciá-la das outras, do mesmo modo que ocorre hoje com as sociedades empresarias limitadas (Ltda).

Dessa forma, a empresa individual assim que constituída adquire personalidade jurídica, devendo ter sua inscrição na Junta Comercial do local onde estiver sua sede, passando a ter patrimônio próprio, distinto do patrimônio do seu titular, cuja

responsabilidade pessoal fica limitada ao montante do capital que a ela for atribuído, totalmente integralizado.

A Lei sancionada também prevê a possibilidade de quem já possui um negócio em sociedade tornar-se empresa individual de responsabilidade limitada, ao permitir a concentração das quotas de outra modalidade societária numa única pessoa, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

As obrigações contraídas por esta empresa são de exclusiva responsabilidade dela. Se não possuir patrimônio suficiente para saldá-las, torna-se insolvente e se sujeita ao regime falimentar, respondendo por suas dívidas. Seu titular só responderá pelas dívidas sociais se ficarem provadas as situações que levam à desconsideração da pessoa jurídica ou por atos ilícitos que tenha cometido no exercício da administração dela.

A Lei sofreu apenas um veto em seu § 4º, do art. 980-A, assim justificado:

"Não obstante o mérito da proposta, o dispositivo traz a expressão 'em qualquer situação', que pode gerar divergências quanto à aplicação das hipóteses gerais de desconsideração da personalidade jurídica, previstas no art. 50 do Código Civil. Assim, e por força do § 6º do projeto de lei, aplicar-se-á à EIRELI as regras da sociedade limitada, inclusive quanto à separação do patrimônio."

Ademais, com a criação desse novo tipo de empresa podem ser evitadas as sociedades fantasmas, constituídas, por um único sócio, tendo outro ou outros apenas formalmente no papel e com participação exígua.

Alexandre Gaiofato de Souza, Advogado sócio do Gaiofato Advogados Associados, graduado pelas Faculdades Integradas de Guarulhos - FIG; pós-graduado em processo civil pela PUC/SP; MBA em Direito da Economia e da Empresa pela FGV/Ohio University; e Membro da IV Turma do Tribunal de Ética da OAB/SP.

Tábata Golfeto Delaquila, Advogada associada ao Gaiofato Advogados Associados; graduada pela FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas; e pós-graduada em Direito Civil pela UniFMU - Faculdades Metropolitanas Unidas.

Votorantim vai duplicar fábrica em Pernambuco

27/07/2011- Valor Econômico

Na véspera da inauguração de sua nova fábrica de cimento em Paulista (PE), a 30 quilômetros de Recife, a direção da Votorantim Cimentos informou ao governo do Estado que tinha aprovado plano para duplicar a unidade industrial. O novo investimento, de R\$ 370 milhões, vai permitir colocar mais um forno e adicionar 750 mil toneladas do produto. O mercado alvo é o de Pernambuco e outros vizinhos do Nordeste, região onde o consumo mais vem crescendo nos últimos anos.

"Esse valor nem está incluído no nosso programa de R\$ 5 bilhões no Brasil, iniciado em 2007. É um investimento adicional", afirmou Walter Schalka, presidente da VC. O anúncio ao governador Eduardo Campos e ao prefeito de Paulista foi feito ontem à noite por Schalka e por Fábio Ermírio de Moraes, membro do conselho de administração do grupo Votorantim.

Essa fábrica, cujo produto sairá com a marca Poty, é resultado da transformação de uma unidade de produção de insumo para cimento, a pozolana, que existia no local desde 1942. O produto era transferido para outra unidade, na Paraíba. Essa mudança, tornando-se unidade de cimento, teve investimento de R\$ 70 milhões, com capacidade de fazer 750 mil toneladas ao ano, com geração de 450 empregos diretos e indiretos.

A instalação do novo forno levará 22 meses, dotando a unidade industrial de uma linha completa, apta a fazer 1,5 milhão de toneladas de cimento por ano. A expansão prevê criar mais 150 empregos diretos e 600 indiretos. "Esse investimento reforça nosso compromisso com o crescimento de Pernambuco", disse Schalka, no comando da VC desde 2005.

O produto dessa fábrica, o Poti tipo CP IV-32, foi desenvolvido com especificações próprias para aplicações em obras na região. Vai dispor de maior resistência à maresia e à umidade, informa.

Segundo Schalka, a fábrica de Paulista visa substituir outra unidade que integrou o pacote de ativos no Nordeste entregue ao grupo francês Lafarge no início do ano passado em troca da participação de 17% que detinha na Cimpor, cimenteira portuguesa da qual a Votorantim passou a ser acionista com 21% do capital.

Ele explica que uma das vantagens para esse projeto são as reservas de calcário que a VC tem em Paulista. O minério é matéria-prima básica para a produção de clínquer, material que é moído e depois transformado em cimento em fornos a elevadas temperaturas. Deter a reserva de calcário é passo fundamental para montar uma fábrica integrada.

A retomada na produção de cimento no em Pernambuco, informa a VC, faz parte da terceira onda de seu plano de expansão, lançada em 2010. Orçado em R\$ 2,5 bilhões, prevê oito novas fábricas em sete Estados no país até 2013. Com isso, totaliza pacote de R\$ 5 bilhões em seis anos para erguer e reativar de 22 unidades fabris.

Com a fábrica de Poty, neste ano a empresa está pondo em operação seis unidades de produção - Santa Cruz, no Rio, dentro da siderúrgica da Thyssenkrup CSA (usando escória do aço), Imituba (SC, prevista para o fim do mês), Vidal Ramos (SC, uma fábrica integrada), São Luís (MA, prevista para ser inaugurada em outubro) e a expansão de Salto, no interior paulista, que ganhou um forno de 1,2 milhão de toneladas. Os investimentos previstos para este ano somam R\$ 1,5 bilhão.

Ao final desse pacote, o grupo Votorantim elevará sua capacidade de produção no país a 42 milhões de toneladas e a expectativa de Schalka é ter participação de 45% do mercado nacional, cuja demanda para 2013 é estimada em 70 milhões de toneladas. No ano passado, a VC teve receita líquida de R\$ 8,5 bilhões.

Venda perde força e dólar acena novo piso a R\$ 1,53

27/07/2011- Valor Econômico

O dólar continuou queimando na mão dos investidores na terça-feira. A moeda perdeu para seus principais rivais e outras divisas de países emergentes.

Por aqui, no entanto, essa força vendedora parece estar se esgotando e o pregão de ontem deu algumas indicações nessa direção.

Em comparação com outras moedas de países desenvolvidos e emergentes o real foi o que menos subiu no dia.

Outra indicação disso é que a linha de R\$ 1,530 parece ser o novo "piso" técnico imediato.

BC suaviza queda com quatro atuações no câmbio

As cotações tanto à vista quanto no mercado futuro testaram e respeitaram tal patamar de preço. Nas mesas de operação se notou firme demanda por dólar a essa cotação.

Mais uma pista de que o mercado pode parar para respirar um pouco, veio do comportamento do dólar futuro na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

O contrato para agosto, que chegou a cair 0,78%, para R\$ 1,5295, recuperou quase toda a queda do dia para marcar leve baixa de 0,09%, a R\$ 1,540, antes do ajuste final. O contrato teve até breve valorização de 0,03%, a R\$ 1,542.

No mercado à vista, o dólar comercial completou o sexto dia seguido de queda.

A moeda fechou com baixa de 0,38%, a R\$ 1,537 na venda. Trata-se do menor preço desde 15 de janeiro de 1999, quando a moeda encerrou a R\$ 1,4659.

Nesses seis dias, o preço do dólar caiu 2,66%. Agora em 2011, a moeda já está 7,74% mais barata. E em 12 meses a perda chega a 13%.

O ajuste de preço foi mais modesto por aqui do que no câmbio externo.

O Dollar Index, que mede o desempenho da divisa americana ante uma cesta de moedas, caiu 1,6%, para 73,50 pontos, menor leitura desde começo de maio.

O euro subiu quase 1% e retomou a linha de US\$ 1,45. Vale lembrar que duas semanas atrás o euro tinha caído a US\$ 1,39, menor preço desde meados de março.

O franco suíço e o iene testaram preços nunca vistos ante a moeda americana.

Divisas emergentes, como o rand sul-africano, peso chileno, lira turca, dólar australiano, peso mexicano e won sul-coreano também se valorizaram.

O dólar queima na mão dos investidores globais, mas não no bolso do Banco Central (BC) brasileiro. A autoridade monetária fez quatro intervenções no mercado durante o pregão. Foram duas compras à vista e duas a termo.

O BC também anunciou sondagem para averiguar a demanda para um leilão de swap cambial reverso, operação que equivale à compra de dólares no mercado futuro, nesta quarta-feira.

A aversão ao dólar decorre da falta de progresso nas negociações entre a Casa Branca e o Congresso americano sobre a elevação do teto do endividamento dos EUA. O prazo fatal se aproxima e a queda de braço continua. Nunca é demais lembrar que o

limite de US\$ 14,3 trilhões tem de ser elevado até 2 de agosto, se os EUA quiserem evitar um calote ou rebaixamento de nota.

O estrategista de câmbio do Wells Fargo Bank, Vassili Serebriakov, acredita que o limite de endividamento será elevado, evento que poderia dar alguma força ao dólar.

No entanto, diz Serebriakov, como um rebaixamento de nota soberana dos EUA ainda é possível e com os juros próximos de zero, uma recuperação no preço da moeda americana seria bastante limitada.

Para um operador local que prefere não se identificar, o real pode continuar se valorizando. Tudo depende do andamento das negociações nos EUA.

Na visão desse especialista, se o limite de endividamento for elevado, a reação do mercado será positiva. O que pode levar o dólar para a linha de R\$ 1,50, em função da demanda generalizada por ativos de risco.

Caso os políticos americanos não cheguem a um acordo, esse operador não descarta um repique de alta no dólar.

Mesmo sendo uma notícia negativa para o dólar no médio prazo, um calote dos EUA geraria grande movimento de aversão ao risco e realocação de portfólios, algo que poderia dar força, mesmo que momentaneamente, à moeda americana.

No mercado americano, em busca de pistas sobre como os agentes estão se protegendo contra a possibilidade de calote, o sinal mais forte veio mesmo da queda do dólar.

No mercado de títulos, os investidores compraram papéis de 10 anos, o que resultou em leve baixa nas taxas de juros.

E no mercado de seguro de dívida, a movimentação também foi pouco expressiva.

O CDS (Credit Default Swap) de um ano subiu 1,9 ponto, para 76,66 pontos. O contrato tinha disparado 28 pontos na segunda-feira. A referência, que é o CDS de cinco anos, avançou 2 pontos, para 58,26 pontos.

CNJ altera regras de julgamentos

27/07/2011- Valor Econômico

Uma nova resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tenta acabar com uma brecha para a impunidade de juízes que cometam irregularidades: o arquivamento prematuro de processos disciplinares, com base em interpretações frágeis da prescrição - prazo legal a partir do qual não é mais possível punir o réu. A Resolução nº 135, publicada em 13 de julho, define que os procedimentos administrativos contra magistrados prescrevem em cinco anos, contados a partir do momento em que o tribunal tomou conhecimento do fato. Crimes previstos no Código Penal continuam seguindo o rito próprio.

"Alguns tribunais vinham aplicando uma prescrição de 180 dias, com base em interpretações frouxas das normas anteriores", afirma o juiz auxiliar da Corregedoria do CNJ Ricardo Chimenti. Como esse não é um período considerado suficiente para se investigar, julgar e punir um magistrado, 90% dos casos submetidos a essa contagem

acabavam prescritos - e, portanto, arquivados. Segundo Chimenti, o CNJ verificou essa situação em Estados como Alagoas, Amazonas e Paraíba.

Os processos disciplinares contra magistrados são investigados pelas próprias corregedorias dos tribunais. A resolução determina a comunicação ao CNJ de todas as decisões de arquivamento, instauração e julgamento desses procedimentos.

O CNJ também pode fazer investigações. Dos mais de 3,5 mil procedimentos em tramitação no CNJ atualmente, pelo menos 630 tratam de questões disciplinares envolvendo magistrados - destes, 52 são sindicâncias, ainda na fase de investigação. De abril de 2008 até dezembro do ano passado, o CNJ aplicou 45 condenações - 21 aposentadorias compulsórias, seis casos de disponibilidade, duas remoções compulsórias, 15 afastamentos cautelares e uma censura. A punição máxima é a aposentadoria compulsória, já que a demissão só se aplica a juízes com menos de dois anos de carreira, que ainda não atingiram a vitaliciedade.

A Resolução 135, assinada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Cezar Peluso, também unifica os mecanismos de investigação, julgamento e punição administrativa a serem observados pelas corregedorias de todos os tribunais. As regras se aplicam aos magistrados estaduais, federais, do trabalho, da Justiça Militar e Eleitoral e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os únicos que não se sujeitam à norma são os ministros do STF.

A norma baixada este mês revoga a Resolução nº 30, de 2007, que também uniformizava procedimentos administrativos contra magistrados. Segundo o CNJ, foi necessário baixar novas regras porque algumas questões permaneciam em aberto - como a forma de intimação do juiz, os prazos para cada etapa de investigação e alguns detalhes sobre a atuação dos corregedores. De acordo com o conselho, a Resolução 135 foi elaborada após uma reunião com os corregedores do país inteiro, que pontuaram dificuldades quanto ao cumprimento das normas anteriores.

Mas a nova resolução desagradou as principais entidades de magistrados do país, para quem o CNJ extrapolou suas competências e tratou de assuntos que só poderiam ser regulamentados pelo Congresso Nacional. "O CNJ deveria cumprir a Lei Orgânica da Magistratura, e não criar uma nova regra sobre o processo administrativo disciplinar", defende o juiz Júlio Cláudio dell'Orto, secretário de Direitos e Prerrogativas da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A entidade já havia entrado com uma ação no Supremo pedindo a declaração de inconstitucionalidade da Resolução nº 30. "Agora, a situação é ainda mais grave", diz dell'Orto, para quem os julgamentos poderiam vir a ser derrubados pelo STF. "Se é o CNJ que julga, como vai definir as regras também? "

A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) diz que está avaliando se a nova resolução pode prejudicar a independência do juiz. "Não queremos um magistrado que tenha receio de julgar um empresário ou político poderoso porque poderia perder seu cargo por decisão administrativa", afirma o presidente da Ajufe, Gabriel Wedy. Outra entidade que avalia a possibilidade de contestar a resolução judicialmente é a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Compra da Chrysler infla lucro da Fiat

27/07/2011- Newsletter Automotive Business

Apenas um mês de controle acionário da Chrysler fez enorme diferença no balanço da Fiat SpA, divulgado nesta terça-feira, 26, com lucro líquido de € 1,27 bilhão no primeiro semestre do ano, valor que cairia para € 193 milhões sem os ativos da Chrysler, que o grupo italiano passou a controlar oficialmente em 1º de junho passado.

A “mágica” financeira ocorre porque a Fiat SpA, divisão do Grupo Fiat integrada pelas operações de veículos leves, peças e motores, passou a integralizar em seu balanço não só os resultados do Grupo Chrysler, mas também seus ativos, com ganhos de capital. A empresa americana tem valor acionário de mercado de US\$ 8,3 bilhões (€ 5,8 bilhões), calculado pela Fiat com base nos US\$ 500 milhões pagos ao Tesouro dos Estados Unidos na semana passada por 6% das ações que faltavam para assumir o controle da companhia.

Mas a Chrysler também rendeu resultados concretos à Fiat. Considerando só o mês (junho) integralizado no balanço, a Chrysler contribuiu com faturamento de € 3,3 bilhões e lucro comercial (antes de despesas administrativas, financeiras e impostos) de € 150 milhões. O faturamento total do grupo no semestre alcançou € 22,3 bilhões no primeiro semestre e o lucro comercial integrado chegou a € 776 milhões.

Apesar de ter assumido o controle acionário da Chrysler e incorporando seus resultados e ativos no balanço geral do grupo, a Fiat informou que as duas empresas continuarão a ter gestões financeiras separadas, com caixa e captação de recursos distintos. A Fiat não garantirá dívidas da Chrysler nem proverá fundos à companhia americana.

Desempenho melhor

Embora muito menor sem os ganhos de capital obtidos com o controle da Chrysler, o lucro líquido da Fiat SpA, de € 193 milhões (incluindo os resultados da Chrysler), é 916% maior do que os € 19 milhões apurados no primeiro semestre de 2010. E mesmo sem considerar ativos ou ganhos da Chrysler, o resultado semestral líquido de € 80 milhões é 321% superior ao obtido no mesmo período do ano passado só pelas empresas Fiat.

Sem considerar a contribuição de junho da Chrysler (€ 3,3 bilhões) para o faturamento do grupo, nos primeiros seis primeiros meses do ano as vendas da Fiat SpA somaram € 19,2 bilhões, em crescimento de 6,7% sobre idêntico intervalo de 2010.

Com a consolidação da participação da Chrysler e desempenho ascendente em todas as divisões de negócios do grupo, a Fiat SpA elevou suas projeções para 2011. A expectativa agora é de faturamento de € 58 bilhões, lucro comercial de € 2,1 bilhões e resultado líquido de € 1,7 bilhão. A dívida líquida da companhia deve fechar o ano entre € 5 bilhões e € 5,5 bilhões.

A maior contribuição para o faturamento da Fiat SpA veio das operações de automóveis, que envolvem o Fiat Group Automobiles (com as marcas Fiat, Fiat Professional, Lancia e Alfa Romeo), Ferrari, Maserati e agora também o Grupo Chrysler (Chrysler, Dodge, Jeep e Ram). Todas juntas faturaram € 19 bilhões no primeiro semestre, em expansão de 24,7% sobre o mesmo período do ano passado.

O lucro comercial da unidade também teve desempenho expressivo: cresceu 33%, para € 620 milhões. O maior avanço relativo de faturamento semestral foi registrado pela Ferrari, de 19,6%, para € 1,1 bilhão. Com este valor, a marca premium do Grupo Fiat também rendeu a maior margem comercial, de 12,5%, apurando lucro comercial de € 135 milhões no semestre.

O Fiat Group Automobiles vendeu no primeiro semestre pouco mais de 1 milhão de automóveis e comerciais leves, cerca de metade fora da Europa. Enquanto o mercado europeu apresentou retração de 9,4% em unidades vendidas, os negócios no Brasil cresceram 7,4%, para 383 mil veículos, e 30,7% na Argentina, para 43,4 mil. Dessa forma os dois principais países do Mercosul consumiram 426,4 mil unidades nos primeiros seis meses do ano, ou 43% das vendas da Fiat no mundo.

A Chrysler, agora parte integrante da operação, vendeu no semestre quase 1 milhão de veículos, em expansão de 23% sobre o mesmo intervalo de 2010, confirmando a recuperação das vendas na América do Norte, seu principal mercado, com 868 mil unidades consumidas no período, 727 mil só nos Estados Unidos.

Componentes e produção

O braço de componentes e produção industrial da Fiat SpA também anotou bom desempenho semestral. Magneti Marelli (fabricante de componentes e sistemas), Teksid (fundição), Comau (fornecedora de robôs e linhas de produção) e Fiat Powertrain (motores e transmissões para veículos leves) faturaram juntas € 6,2 bilhões no período, resultado 15,9% acima de 2010. O lucro comercial do grupo de empresas foi de € 171 milhões, expansão de 61,3%.

A maior participação no faturamento e lucro comercial no segmento foi da Magneti Marelli, com € 3 bilhões (+13,2%) e € 84 milhões (+86,7%), respectivamente. Mas o maior crescimento de receitas foi da Comau, de 30,8%, com € 633 milhões, que também obteve o mais alto avanço de lucro comercial, 300%, para € 4 milhões.

A Magneti Marelli cresceu em todas as regiões onde atua, com mais força no Brasil, China e América do Norte. A fornecedora de componentes e sistemas também foi beneficiada pela união com a Chrysler, aumentando sua participação no mercado de reposição com presença em 2,3 mil concessionárias do grupo e no canal de distribuição da Mopar, o braço de aftermarket da Chrysler nos Estados Unidos e Canadá.

A divisão de motores Fiat Powertrain está gradativamente aumentando suas vendas para clientes externos: no primeiro semestre, 15,8% do faturamento veio de fora

grupo, contra 12,1% no mesmo período de 2010. A unidade vendeu o total de quase 1,3 milhão de motores e 1,2 milhão de transmissões.

No Brasil

Assim como aconteceu na segunda-feira, 25, com a divisão de caminhões, máquinas agrícolas e motores para veículos pesados, a Fiat Industrial ([leia aqui](#)), o balanço semestral da Fiat SpA foi divulgado nesta terça-feira, 26, pela primeira vez no Brasil, durante reunião da direção mundial da companhia em Betim (MG).

Ford fecha oitavo trimestre consecutivo no azul

27/07/2011- Newsletter Automotive Business

A Ford Motor apresentou nesta terça-feira, 26, ganho maior que o esperado para o segundo trimestre. O lucro líquido foi de 2,4 bilhões de dólares no período, ou US\$ 0,59 por papel (US\$ 201 milhões a menos o ganho apurado um ano antes, com US\$ 0,61 por ação).

Esse foi o oitavo trimestre consecutivo de ganhos, após atingir prejuízo de US\$ 30 bilhões entre 2006 e 2008. No entanto, excluindo itens não-recorrentes, o lucro da montadora caiu para US\$ 0,65 por ação, ante US\$ 0,68 no mesmo trimestre de 2010. A receita da empresa cresceu 13%, para US\$ 35,5 bilhões.

Gerdau pede limite para capital estrangeiro

27/07/2011- Newsletter Automotive Business

O empresário Jorge Gerdau, que comanda a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade criada pelo governo, afirmou na terça-feira, 26, que o governo precisa definir limites para a entrada de capital estrangeiro no Brasil. Segundo ele, o assunto é complexo, mas precisa ser enfrentado para impedir que a valorização do real prejudique a indústria nacional, que perdeu competitividade nas exportações e enfrenta a concorrência das importações baratas.

“As políticas financeiras e econômicas têm de obedecer a uma discussão de vontade política de qual País queremos ser”, disse. “Se é só pela visão financeira, com fluxo de capitais, é melhor deixar como está. Mas, para uma visão estratégica de longo e médio prazo, eu diria que é preciso ter uma política de desenvolvimento industrial e tecnológico”, completou.

Gerdau lembrou que a balança comercial vem sendo sustentada pelo preço das commodities e destacou que está crescendo o déficit da balança em produtos industrializados. Segundo o empresário, o processo de desindustrialização já começou e a presidente Dilma Rousseff tem preocupação “total” com o tema.

“Nós todos enxergamos que este não é o País que queremos. Isso exige um esforço estratégico importante, tributário, de investimentos e aumento da poupança nacional”, disse. Gerdau acredita que o governo deve continuar utilizando o Imposto

sobre Operações Financeiras (IOF) como instrumento para evitar a entrada de capital especulativo no Brasil.

IR - Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL do mês de junho vencem dia 29/7

27/07/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, devem recolher até sexta-feira, dia 29/7, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda (IRPJ) incidentes sobre a estimativa do mês de junho/2011.

Também devem ser recolhidos nesta data a 1ª quota ou quota única, referente ao 2º trimestre de 2011, da CSLL e do IRPJ devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, que optaram pelo recolhimento no lucro real trimestral ou no lucro presumido.

Projeto de Lei - Doações para assistência social poderão ser deduzidas do IR

27/07/2011- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 451/11, do deputado licenciado Thiago Peixoto (GO), que cria o Programa Nacional de Apoio à Assistência Social (Pronas). O programa autoriza pessoas físicas e jurídicas a deduzir do Imposto de Renda os valores doados para organizações de assistência social autorizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Pela proposta, somente poderão receber recursos por meio do programa as organizações declaradas de utilidade pública federal e as organizações da sociedade civil de interesse público (oscips).

Os projetos financiados deverão necessariamente enquadrar-se em uma das seguintes áreas:

- proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- integração ao mercado de trabalho;
- habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência;
- incentivo ao voluntariado;
- promoção de assistência educacional gratuita.

Apresentação ao MDS

Para que o projeto seja beneficiado, ele deverá ser apresentado ao MDS. Em caso de rejeição do projeto, o ministério terá até cinco dias para apresentar seus motivos. Da rejeição, cabe pedido de reconsideração ao próprio MDS.

O ministério também será responsável por avaliar a aplicação dos recursos de renúncia fiscal investidos nos projetos sociais. Caso o órgão avalie que a aplicação foi incorreta, poderá inabilitar a organização beneficiada a receber novos recursos por até três anos.

Valor máximo

De acordo com o projeto, as doações ou patrocínios no âmbito do Pronas poderão ser deduzidos integralmente do Imposto de Renda devido. Para tanto, o presidente da República deverá fixar anualmente o valor máximo de dedução permitido, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas ou do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

O deputado Thiago Peixoto explica que a proposta não deve aumentar a renúncia fiscal já admitida pelo governo. "Se o projeto for aprovado, permanecerão os limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda hoje vigente, ou seja, o limite global de 6% para as pessoas físicas e 4% para as pessoas jurídicas que apuram lucro real. A proposta representa somente uma alternativa de investimento social às aplicações a que se referem às leis Rouanet e do Audiovisual", explicou.

Segundo Peixoto, as organizações sociais que serão beneficiadas pela proposta exercem "um papel complementar ao Estado". "Por todo o território nacional, iniciativas eficientes, corajosas e muitas vezes, originais, são por elas empreendidas, consistindo em força propulsora para a pacificação e coesão social da pátria brasileira", disse.

Fraudes

O projeto de Thiago Peixoto estabelece também penalidades para os casos de fraudes feitas por meio do Pronas. Pela proposta, doadores e beneficiários que cometerem irregularidades estarão sujeitos a multa correspondente ao dobro do valor da vantagem recebida de forma indevida.

Além disso, o projeto tipifica como crime a redução do Imposto de Renda devido de forma fraudulenta, utilizando os benefícios previstos no Pronas. Os responsáveis pelas fraudes estarão sujeitos à pena de reclusão de dois a seis meses, além de multa de 20% do valor do projeto. No caso das pessoas jurídicas, responderão pelo crime os acionistas, controladores e administradores que participaram da fraude.

Agência Câmara

Defesa do Consumidor - Projeto proíbe cobrança de taxa em caso de religação de serviço público

27/07/2011- Notas COAD

Tramita na Câmara, o Projeto de Lei 566/11, que veda a cobrança da taxa de religação ou de restabelecimento de serviço público no caso de inadimplência. A proposta, de autoria do deputado Lindomar Garçon (PV-RO), altera a Lei 8.975/95, que trata do regime de concessão e permissão dos serviços públicos.

De acordo com o autor, diversas concessionárias de serviços públicos, mesmo após o usuário quitar sua dívida, inclusive com pagamento de encargos contratuais pelo atraso, ainda lhe impõem a sanção adicional da taxa de religação.

“É uma conduta tipicamente abusiva, pois a lei vigente faculta à empresa concessionária interromper o fornecimento, mas não a obriga a fazê-lo. A empresa pode optar pela continuidade da prestação do serviço, recorrendo aos demais meios administrativos e judiciais previstos em lei para efetuar a cobrança dos inadimplentes”, argumenta.

O deputado afirma, no entanto, que a cobrança continuaria sendo admitida nos casos em que a interrupção for solicitada pelo próprio consumidor.

Fonte: Agência Câmara